




Modernização, fotografia e infâncias nas páginas da revista paraibana Era Nova (1921-1926)


Marília Cristina de Queiroz


Possui mestrado no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, na linha de pesquisa "História, Cultura e Cidade" (2023). Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisa de Política e História Literária - GEPPHIL.

 <https://orcid.org/0000-0002-6168-2389>

Joachin Azevedo Neto

Professor Adjunto de Historiografia e História Contemporânea na Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina.

 <https://orcid.org/0000-0001-9880-8988>

 10.28998/rchv14n28.2023.0016

Recebido em: 06/03/2023

Aprovado em: 15/08/2023



Modernização, fotografia e infâncias nas páginas da revista paraibana Era Nova (1921-1926)

RESUMO

Os registros fotográficos fornecem informações genuínas e importantes sobre os sujeitos e o mundo vivido quando consideradas fontes históricas. Partindo dessa premissa, buscamos investigar fotografias que retrataram a infância de crianças, pertencentes as elites sociais paraibanas, publicadas no periódico Era Nova entre 1921 e 1926. Com base nas considerações teóricas de Barthes (1984) e Sontag (2004), acerca da potência do ato fotográfico enquanto testemunho histórico, bem como de autores como Ariés (1981), Schwarcz (1993), Flores (2007) e Costa (1989), acerca de temáticas como eugenia, modernização e infância, buscamos discutir como o citado periódico paraibano recebeu e representou o ideal de infância difundido entre as elites nacionais. Constatamos que essas imagens da infância retratadas em Era Nova buscaram reforçar os padrões dominantes de infância impostos pelo ideário eugenista e sanitaria difundidos desde o processo de consolidação da Primeira República por amplos setores da mídia brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: História e fotografia; infância; cultura impressa.

Modernization, photography and childhood in the pages of the era nova magazine (1921-1926)

ABSTRACT

Photographic records provide genuine and important information about the subjects and the lived world when considered historical sources. Based on this premise, we seek to investigate photographs that portray the childhood of children belonging to the social elites of Brazilian Northeast, published in the periodical Era Nova between 1921 and 1926. Based on the theoretical considerations of Barthes (1984) and Sontag (2004), about the power of photographic act as a historical testimony, as well as authors such as Ariés (1981), Schwarcz (1993), Flores (2007) and Costa (1989), about themes such as eugenics, modernization and childhood, we seek to discuss how the cited periodical from Paraíba received and represented the ideal of childhood widespread among national elites. We found that these images of childhood portrayed in Era Nova sought to reinforce the dominant patterns of childhood imposed by the eugenics and sanitarians measures spread since the process of consolidation of the First Republic by broad sectors of the Brazilian Press.

KEYWORDS: History and photography; childhood; print culture.

A imagem fotográfica, em termos de sociedades contemporâneas, oscila entre um grande fascínio e, ao mesmo tempo, o repúdio e horror por suas representações. No entanto, homens e mulheres de diferentes etnias e classes sociais, inseridos em uma cultura profundamente imagética como a ocidental, fazem questão de terem suas faces ou momentos privados e públicos eternizados. Mas o que de fato seria a fotografia? Um fragmento do passado? Uma recordação? Representações? Janelas para uma verdade? Inúmeras são as classificações que os especialistas nesse campo de estudos designam para fotografia.

Para o crítico literário Roland Barthes, a fotografia é uma manifestação cultural artística de grande complexidade e que muito pode ensinar acerca de comportamentos sociais. Isso se dá pelo fato que “aquilo que a fotografia reproduz até o infinito só aconteceu uma vez. Ela repete mecanicamente, o que nunca mais poderá repetir-se existencialmente” (BARTHES, 1984, p. 13). Podemos reproduzi-la infinitamente em um pequeno pedaço de papel, dado os atuais avanços tecnológicos, mas será impossível retornar ao instante da tomada fotográfica. Afinal, não conseguimos retornar no tempo para repetir aquele instante fotográfico. O tempo, os sujeitos, a paisagem e os objetos foram congelados na fotografia e não no tempo. Dessa maneira, o momento capturado pela lente objetiva da tomada fotográfica nunca mais pode ser repetido.

Quando seguramos nas mãos registros fotográficos, estamos revivendo momentos únicos que foram representados. Observar uma imagem fotográfica é ter a certeza que as cenas e indivíduos nela retratados estiveram realmente diante de uma câmera: “Essa Fotografia é real! Na Fotografia jamais posso negar que a coisa esteve lá. Há uma dupla posição conjunta: de realidade e de passado” (BARTHES, 1984, p.115). Considerar registros fotográficos enquanto fatos acontecidos, geralmente, implica na atribuição de uma inegável credibilidade atribuída as fotos enquanto documentos históricos. Interpretamos e narramos, no primeiro momento, a cena que está visível nas fotografias atestando que o momento capturado, de fato, aconteceu.

Entretanto, em termos de perspectiva crítica, é preciso ter em conta que uma imagem não é criada sem intenções e interesses sociais. Essas fontes são literalmente fabricadas por sujeitos inseridos em todo um contexto temporal e podem ser interrogadas enquanto representações sociais e culturais. Questionamentos sobre a

imagem fotográfica como: o que as cenas capturadas pelas lentes querem comunicar? Ou ainda: quais as intencionalidades do fotógrafo? Podem fundamentar interessantes investigações históricas. De acordo com Barthes, é necessário aprender a “escutar a imagem” (BARTHES, 1984, p. 148). Ou seja: deve-se buscar interpretar a dimensão simbólica da foto e entrar na profundidade da imagem, buscando sempre revelar o que está invisível. Em outros termos, acessar o que Barthes denomina de *Studium*¹ da fotografia.

Os registros fotográficos fornecem informações genuínas e importantes sobre os sujeitos e o mundo vivido, quando consideradas fontes históricas. As fotografias têm muito a nos falar sobre a humanidade quando seus significados são interpretados, problematizados e desvendados. Na obra *Sobre fotografia*, a historiadora Susan Sontag sugere que devemos ter uma postura investigativa diante da fotografia: “aqui está à superfície. Agora pensem, ou antes, sintam, intuem o que está por detrás, como deve ser a realidade se esta é a sua aparência” (SONTAG, 2004, p. 30). A autora nos faz um convite: desvendarmos *o que há por trás* da fotografia. Ressaltando, entretanto, que para isso é necessário termos conhecimento do contexto representado na imagem. É essencial termos uma bagagem de leitura e estudos sobre o período retratado, pois o desconhecimento acerca dos vínculos entre o texto da imagem e seu contexto sociocultural pode levar pesquisadores a múltiplos equívocos.

Desde seu surgimento, em 1839, a máquina fotográfica assumiu diversificadas funções e teve os mais diferentes usos nas sociedades, principalmente por aquelas que adotaram a fotografia como uma forma moderna de autorrepresentação. As fotos transmitem a sensação de verossimilhança, ou seja: de representar “fielmente” o sujeito ou a cena capturada aos seus observadores. Ainda de acordo com Susan Sontag, compreender como lidamos, usamos e nos relacionamos com as fotografias é um desafio empírico relevante. No que se refere à maneira como os instantâneos agregam *status* social aos fotografados, a autora pontua que “comemorar as conquistas de indivíduos tidos como membros da família (e também de outros grupos) é o uso popular

¹ Segundo Barthes (1984), o conceito de *Studium* se relaciona diretamente com o inventário cultural, geralmente codificado, expresso da imagem fotográfica. A partir do *Studium* encontramos as intenções do próprio fotógrafo, e dos que solicitaram o registro fotográfico, espécie de contrato cultural entre criadores e consumidores. Reconhecer o *Studium* nas fotografias significa compreendê-las como um campo de estudo, um terreno de saber e da cultura de outrora, através dela obtemos informações sobre o passado.

mais antigo da fotografia” (SONTAG, 2004, p.10).

As câmeras passaram a fazer parte da vida familiar contemporânea. Em um primeiro momento, capturando em suas lentes rostos e ritos sociais de determinados grupos sociais abastados. Em todas as sociedades do mundo, determinados momentos da vida de seus membros são marcados por cerimônias que marcam momentos especiais da vida social. Nascimentos, batismo, noivados, casamentos, formaturas, aniversários, entre outros, são fatos sociais dotados de grande carga simbólica. Nas comunidades contemporâneas, principalmente em se tratando de famílias de alto poder aquisitivo, seja no campo ou na cidade, todos esses ritos eram registrados pelas câmeras como uma forma de perpetuar determinada memória familiar. A fotografia foi concebida como mistura de técnica e arte que preserva momentos únicos por diferentes gerações.

Nesse sentido, em termos de metodologia, buscaremos compreender melhor as representações da infância encontradas na revista *Era Nova* a partir de uma contextualização dessas imagens em um debate mais amplo que contempla a recepção e o implante do ideário eugenista nacional, marcado pela predominância de uma visão sanitarista, racista e eugenista em torno da infância, a nível local. Para tanto, categorias conceituais como raça e classe, adotadas por diversas searas do pensamento médico-eugenista europeu e brasileiro, serão discutidas a partir da conexão simbólica existente entre as fotografias aqui analisadas e a mensagem higienista comunicada pelos redatores do periódico paraibano.

O instantâneo fotográfico foi e ainda continua sendo utilizado como uma janela para o passado, forma de representação, que abriu inúmeras possibilidades de estudo e abordagens. Fonte histórica que nos convida a descortiná-la e romper com seus silêncios. É um vestígio material de um tempo passado, que pode nos informar sobre determinados aspectos de grupos sociais, mas que também omite seus significados e manipulações. Sendo assim, descobrimos um verdadeiro “universo de representatividade” fotográfica nos acervos da Biblioteca de Obras Raras Átila de Almeida², situado na cidade de Campina Grande/PB.

² Em 2003, o Governo do Estado da Paraíba adquiriu o acervo pessoal do pesquisador e professor Átila Almeida e doou à Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – que instituiu, em 2004, a Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida. Sendo, portanto, responsável pela guarda, conservação e manutenção da

No citado arquivo público, encontramos diversos volumes da revista *Era Nova*. O periódico surgiu na cidade de Bananeiras, no ano de 1921, no então Estado da Parahyba do Norte e foi fundado pelo jornalista e escritor Severino Lucena. Posteriormente, o editor transferiu o núcleo da revista para a capital do Estado. De caráter noticioso e literário, a magazine *Era Nova* circulou até o ano de 1926 e foi apresentada aos leitores da época como um símbolo impresso da modernização regional. Nas páginas do periódico, observamos diversos registros fotográficos retratando nuances da vida familiar pública e privada das elites paraibanas, bem como coberturas jornalísticas em torno das reformas urbanas e morais implantadas na urbe durante a I República.

De acordo com Bertrand Lira, em *Fotografia na Paraíba: um inventário dos fotógrafos através do retrato (1850 a 1950)*, é possível perceber uma expansão da atividade fotográfica nesse Estado a partir da segunda década do século XX. Período no qual sua capital e algumas de suas maiores cidades interioranas passam por mudanças importantes, principalmente com a instalação de obras contra as secas que cortaram a Parahyba com estradas rodoviárias e ferroviária; obras de saneamento; reformas de prédios antigos; construção e reformas das praças; construções de prédios com padrões modernos; reforma do Palácio do Governo; abertura e alinhamento de ruas; instalação de energia elétrica; construção do Porto Varadouro e da Escola Normal (Cf. LIRA, 1997). Todas essas ações tinham o intuito de modernizar a Parahyba, e foram amplamente divulgadas nas páginas da *Era Nova*.

Modernização, infância e imprensa

A então Parahyba do Norte foi uma das capitais brasileiras que aderiu as políticas sanitaristas e higienizadoras adotadas e difundidas pelo Rio de Janeiro – Capital federal do país na época – que visavam inserir, mesmo que compulsoriamente,

coleção. Instalada no primeiro andar do prédio da Administração Central da UEPB, em Campina Grande, a Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida se apresenta aos estudiosos como uma singular opção para aqueles que desejam desenvolver pesquisas acadêmicas. Inicialmente, a coleção era constituída apenas pelo acervo do professor Átila Almeida, predominantemente composta por livros, cordéis, periódicos e jornais. Posteriormente, foram incorporados novos acervos de influentes personalidades, tais como: Raymundo Asfora, Gilmar de Carvalho, Manoel Monteiro e Severino Bezerra de Carvalho. (Cf. <https://bibliotecaatilaalmeida.uepb.edu.br/>).

o país na modernidade. As práticas e costumes com raízes no passado colonial foram considerados, oficialmente, resquícios de um Estado “atrasado”, arcaico e passaram a ser condenados pelos discursos oficiais. O governo de Sólton de Lucena (1920-1924), em diversos falas, se disse comprometido com os anseios de uma Parahyba moderna, industrializada e urbana. Na prática, o Estado foi reflexo de um cenário nacional caracterizado por um projeto já consolidado de liberalismo excludente, representado pelo presidente Epitácio Pessoa – também paraibano – no qual o domínio oligárquico regeu relações sociais, políticas e econômicas em todo país. A produção agrícola de algodão prosperou bastante nesse período, apesar das longas estiagens sertanejas, fortalecendo mais ainda o setor agroprodutor dessa sociedade, o coronelismo, relações paternais e precárias de trabalho, além do personalismo político na região (Cf. LEWIN, 1993).

Como seu próprio nome nos revela, a revista em questão apresenta em suas páginas certo engajamento com as reformas urbanas colocadas em curso em todo o país na Primeira República. No Editorial do primeiro número de *Era Nova*, intitulado “Esta revista” e datado de 27 de março de 1921, os editores do magazine a consideravam porta voz de uma nova época a ser vivenciada pela sociedade paraibana: “era do moderno e civilizado” (ERA NOVA, 1921, p. 03). Destacamos ainda a pretensão editorial do impresso de se afirmar enquanto instrumento auxiliar dessa modernidade que se insinuava culturalmente e materialmente:

Apresentamos em público o primeiro número desta revista, cujo empreendimento nasceu de despreziosos intelectuais, que visam apenas, sem vaidades nem ambições, o desenvolvimento literário de nosso meio, cooperando em prol das ideias fecundas que são o apanágio intelectual dos povos cultos. Hemos de nos esforçar por fazê-la um órgão de publicidade que interesse a todas as classes e prepara-la com meticuloso acuramento, tornando-a variada, amena, sabendo a todos os paladares na exuberância de suas especialidades, esclarecendo, destarte, ao industrial e ao comerciante, ao leitor burguês e ao leitor letrado e incentivando ao mesmo passo o amor dos jogos desportivos com ilustrações e aplausos (...). (ERA NOVA, 1921, p. 03).

Sendo assim, a *Era Nova* serviu como ferramenta de propaganda da modernização na urbe da Parahyba do Norte e dos feitos cotidianos de suas elites. Nas

fotografias publicadas nesse periódico, constata-se a representação de uma *cidade moderna* e do *sujeito moderno*. No Estado, portanto, havia uma alta sociedade econômica, política e cultural ávida por figurar nas páginas de impressos como forma de comprovar a sua opulência e *status* de classe abastada. O citado impresso atraiu a atenção do restrito público leitor da região por possuir um ótimo acabamento gráfico em sintonia com os padrões adotados pela imprensa do eixo Sul/Sudeste (Cf. ABRANTES, 2011). Porém, vale ressaltar que páginas desse magazine dividiram espaço ainda com os pensamentos conservadores de tradicionalistas como José Lins do Rego (1901-1957) e Horácio de Almeida (1896-1983). Essa linha tênue entre tradição e modernidade, presente nas folhas do quinzenal, é verificável também em importantes revistas do Brasil como, por exemplo, no renomado periódico carioca *Fon-Fon*³.

O periódico paraibano tinha como uma de suas fontes financeiras, além de subsídios públicos dados pelos governos de Sólton de Lucena e Epitácio Pessoa, a cobrança de taxas para que seus leitores pudessem ter os rostos estampados nas páginas de *Era Nova* em sua coluna social. Uma fotografia de página inteira custaria 100\$000 (cem mil réis) quanto a fotografia de menor tamanho custaria 15\$000 (quinze mil réis). Ou seja, o retratado teria que desembolsar uma significativa quantia em dinheiro para conseguir ter uma fotografia de sua face, da fachada de uma casa comercial ou de algum evento social na revista (Cf. ERA NOVA, 1924, p. 11).

No citado impresso, encontra-se também grande quantidade de retratos de crianças que figuram em colunas como “Notas Infantis”, “Petizes Parahybanos” e “Guryzadas”. Essas sessões traziam fotografias de crianças em diversos momentos de sua vida: sozinhas, vestidas com belíssimos trajes, pousando com brinquedos modernos para a época, em sua primeira comunhão ou batismo, nos seus aniversários e sendo fotografados juntamente com sua família. Veremos também crianças segurando em suas mãos livros, lápis e cadernos. Conforme sugere Susan Sontag, principalmente a partir do pós-guerra, “Não tirar fotos dos filhos, sobretudo quando pequenos, é sinal de indiferença paterna, assim como não comparecer à foto de

³ A *Fon-Fon* foi uma revista ilustrada semanal brasileira fundada por Jorge Schmidt na cidade do Rio de Janeiro, circulando no país entre 13 de abril de 1907 até agosto de 1958, momento em que foi extinta. Essa revista tornou-se uma importante fonte histórica que registrou em suas páginas a vida sociocultural do Brasil e, principalmente, dos cariocas.

formatura é um gesto de rebeldia juvenil” (SONTAG, 2004, p. 11). Esses retratos infantis, portanto, muito tem a nos dizer, não apenas sobre os indivíduos fotografados e sua família, mas sobre a própria noção de infância das primeiras décadas do século XX.

Esses registros fotográficos nos permitem discutir história da infância a partir da premissa de que são indícios do modelo de sociedade, bem como das normas culturais e comportamentais reservados para as crianças que viveram em meio aos grupos dominantes da sociedade paraibana. Vejamos a seguir como uma dessas imagens, publicada no ano de 1924, atribuiu protagonismo ao público infantil:

Imagem 1 - *Era Nova*, nº 66, jul. 1924.



A *Era Nova* corroborou com o pensamento eugenista, obcecado ideologicamente pela ideia de consolidar nacionalmente um fenótipo de “raça pura” brasileira. Essa adesão está presente não só nos artigos, nas colunas sociais ou nas manchetes, mas sobretudo nas fotografias que publicou em suas laudas. Imagens de crianças brancas, saudáveis, higienizadas e posando com brinquedos ou símbolos da modernidade para os fotógrafos circularam em todo país na Primeira República e construíram, assim, o padrão oficial de infância ideal. Essas fotos impressas eram apresentadas para toda a sociedade da época também como um símbolo do progresso civilizatório. Observamos, acima, meninos e meninas de peles brancas: representando “pureza racial”. Alguns trajados com roupas e outros completamente nus – a nudez infantil implicava, nesse contexto histórico, na própria inocência dos infantes. Percebemos que todos os retratados apresentam aspectos de crianças saudáveis e bem cuidadas pelos seus genitores.

Bem cuidadas porque constatamos a ausência de doenças infecciosas que causam a desnutrição e palidez macilenta nos rostos de crianças. Ter corpo sadio e higienizado corresponde ao ideário de beleza defendido por juristas, agentes da Lei,

médicos, políticos, intelectuais e clérigos nas primeiras décadas do século XX no Brasil. Conforme pontuou o pediatra mineiro José Martinho da Rocha (1899-1977), a beleza da criança, de acordo com o higienismo, estava em portar aspecto saudável: ou seja, “ausência de doenças que refletem na cor corada da pele lisa, boca rosada, carnes rijas, manta gordurosa subcutânea, consistência muscular” (ROCHA, 1935, p. 160-62). Para conseguir construir essa infância ideal, conforme idealizada da Primeira República até o Estado Novo, era necessário seguir as normas da teoria higienista e eugenista. Médicos e estudiosos de diferentes áreas de formação afirmavam que, para conseguir gerar crianças sem deformidades, era fundamental estimular uniões matrimoniais de casais jovens, sadios e de pele branca.

No Brasil, a teoria da eugenia moral e racial dos povos repercutiu bastante entre as elites letradas a partir de 1880 e, em uma dimensão mais prática, nas primeiras décadas do século XX. Seus pressupostos forneciam explicações generalizantes sobre a situação que o país vivenciava: marcada por suposto atraso civilizatório. Ao mesmo tempo, a eugenia indicava o caminho rumo a superação do que foi entendido como as causas de uma hipotética degeneração nacional. O movimento eugênico brasileiro teve como alguns dos seus principais defensores o médico e farmacêutico paulista Renato Kehl (1889-1978) e o médico baiano Afrânio Peixoto (1876-1947), que exerceu o cargo de professor de Medicina Legal na Faculdade Nacional de Direito da UFRJ. Discursos em torno da higiene e educação, além de uma série de alertas contra uniões conjugais entre brancos, negros e mestiços, deram a tônica da atuação de Kehl e Peixoto na esfera pública da época. Para que o ideal eugênico fosse efetivado, esses médicos postulavam a necessidade de procriação apenas entre seres superiores, ou seja: pessoas brancas e higienizadas (Cf. FLORES, 2007, p. 249-50). Portanto, em um país profundamente miscigenado como o Brasil, o imenso contingente populacional de pessoas com descendência africana e indígena foi tido, oficialmente, como indesejável e fonte de degenerescência racial.

Para as teorias eugênicas e higiênicas, a união matrimonial entre indivíduos afortunados, com cargos importantes na sociedade e brancos, eram pilares para o desenvolvimento da Nação. As crianças geradas por esses casamentos normatizados por essas correntes ideológicas, travestidas de verdades científicas, eram consideradas

a personificação do futuro idealizado pelas elites nacionais. Um dos textos fundadores da eugenia, a obra *Hereditary genius*, do inglês Francis Galton (1822-1911), publicado originalmente em 1869, teve como um dos seus principais argumentos, partindo de análises estatísticas e genealógicas, restrições severas contra uniões matrimoniais entre epiléticos, alcóolatrás e alienados.

Nesse sentido, conforme Lilia M. Schwarcz pontua, a convergência entre eugenia e higienismo deu curso a um projeto oficial que visava orientar os casais para nascimentos de filhos desejáveis e “enquanto movimento social, preocupava-se em promover casamentos entre determinados grupos e – talvez o mais importante – desencorajar certas uniões consideradas nocivas à sociedade” (SCHWARCZ, 1993, p. 48). Ambas as teorias passaram a atuar fervorosamente para abolir determinados modelos de enlaces conjugais, como o casamento consanguíneo ou com grande disparidade etária entre homens e mulheres. Segundo os médicos higienistas, a cultura colonial, na qual era comum que o homem fosse sempre muito mais velho que sua esposa, contribuía para a depreciação dos componentes sentimentais do casamento e, conseqüentemente, para o enfraquecimento hereditário da raça brasileira.

Ou seja, as crianças não poderiam mais ser geradas e “esquecidas” por casais fora de padrões eugenistas e sim destinadas a compor o futuro da pátria. Para tanto, era necessário que as mesmas tivessem investimentos em uma excelente saúde e educação, além de desfrutarem de espaços e símbolos do conforto moderno. Conforme esclarece Philippe Ariés, para as modernas sociedades europeias, as crianças não necessitavam apenas de comida, cuidados constantes, higiene ou roupas adequadas. Era preciso que as famílias destinassem também esforços para construir laços amorosos consistentes entre pais e filhos, além de educar moralmente e intelectualmente essas crianças (Cf. ARIÉS, 1981). Esse, portanto, é o modelo ideal de infância difundido culturalmente para o Ocidente desde o período de transição do século XIX para o XX.

Trata-se do cultivo de uma estrutura de sentimento inteiramente nova no mundo ocidental: os pais agora se interessavam pelos estudos dos seus filhos e os acompanham, com uma forma de solicitude cotidiana que é desconhecida em outros períodos históricos. Ainda de acordo com Ariés,

(...) A família começou a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela. (ÁRIES, 1981, p. 12)

Nesta perspectiva, a criança começa a ganhar notoriedade na esfera pública da sociedade moderna. Se, anteriormente, a mesma era substituível, vista como uma cômica miniatura de um adulto, passou a ser considerada pelas autoridades públicas como fundamental no seio familiar, dotada de direitos e cuidados. Dentro da lógica das sociedades liberais e industriais, torna-se público alvo de toda uma seara de campanhas publicitárias e produtos mercadológicos. As páginas da *Era Nova* estão repletas de anúncios sobre alimentos, remédios, vestimentas e instituições escolares destinadas a atender o público infantil, como o exemplo a seguir demonstra: “A farinha láctea Nestlé – é efetivamente o alimento preferido pelas crianças. Engorda, dá vigor e fortalece os fracos” (ERA NOVA, nº43, 1923, p. 12).

Nesse contexto social, a criança foi valorizada, principalmente, por ser a responsável em dar continuidade ao projeto da linhagem familiar. Seriam as formadoras de novas gerações de indivíduos ligados aquele sobrenome. No percurso desse projeto, a questão da educação era considerada um aspecto fundamental. Por isso, o interesse dos pais em encaminhar seus filhos para os estudos. Educação não apenas relacionada com a formação escolar dessas crianças, mas também com um conjunto de valores, interesses, normas e comportamentos. Esperava-se, assim, que a iniciação das crianças na vida escolar contribuísse para formação de futuros homens e mulheres integrados aos “bons costumes”, a honra e a moral da sociedade, tendo como finalidade a proteção do sobrenome e a perpetuação da Imagem-Honrosa daquele grupo familiar.

Se outrora foi comum homens de sessenta anos se casarem com meninas de doze ou quinze anos de idade, durante a modernização do país essa prática social foi estigmatizada ou tida como inconcebível por ter sido considerada decadente e anti-higiênica. Porém, nas páginas de *Era Nova*, na mesma edição publicada em julho de 1924, encontramos o seguinte registro fotográfico:

Imagem 2 - *Era Nova*, nº 66, jul. 1924



A imagem acima nos apresenta uma relação matrimonial estruturada na prática cultural do casamento com disparidade etária. Na parte central da fotografia, observa-se o esposo, pai, provedor e zelador desse grupo familiar, sentado ao lado de sua jovem esposa – companheira e responsável por gerar seus frutos, ou seja, seus filhos. Na margem esquerda, está a genitora do retratado principal e, portanto, avó dessas

crianças. É perceptível que existe uma diferença de idade entre o casal, visível em seus rostos. Vemos um homem que aparenta ser, no mínimo, vinte anos mais velho que sua esposa. Tratava-se da família de Manoel Cândido Leite, funcionário público da Tesouraria da Fazenda lotado na província de Piancó-PB.

Compondo o retrato, intitulado pela própria revista como “Typo de família sertaneja”, vislumbramos a presença de cinco filhos do casal. Esses infantes agora eram parte essencial do seio familiar, sendo fundamental a presença dos mesmos nos registros fotográficos da família. Todas as crianças estão bem vestidas, nos seus pés repousam os sapatos – detalhe importante dado o alto valor social⁴ que este item de consumo deteve em todo Brasil. As meninas trajavam vestidos em tonalidades claras que estavam relacionadas com ideais de pureza e delicadeza feminina. Uma das crianças está sentada no colo do seu pai: atitude essa que nos demonstra certa amorosidade do gerador perante a filha. Ou seja, embora a foto nos apresente uma união conjugal típica do universo rural, sertanejo, portanto destoante dos ideais eugênicos urbanos tão defendidos nas páginas de *Era Nova*, é no gesto de acolhimento da pequena filha por parte do patriarca que a modernidade aqui se insinua simbolicamente.

Dito de modo mais claro, o modelo de criação dos filhos que predominou no passado colonial não era favorável para essas demonstrações de sentimentos, proximidades ou afetos por parte dos pais. É na modernidade que a infância foi “descoberta”: novas ideias a respeito da criança surgiram nesse período e, assim, novos saberes buscando compreender e intervir no âmbito dos processos familiares de criação dos filhos. Avó e mãe também posaram altivas, bem vestidas e aparentando inegável orgulho dessas crianças. Mesmo que os dois meninos, possivelmente, já fossem considerados crescidos demais para ser fotografados no colo das mulheres, foram colocados em pose que implica proximidade dos adultos. Já a esposa de Cândido Leite aninhou as outras duas meninas, mais novas, no colo e junto aos quadris.

⁴ No Brasil colonial e imperial, o uso de sapatos sempre foi uma maneira de distinguir escravizados e escravizadas de pessoas livres. Os sapatos eram vedados aos cativos e cativas que, por mais vestidos que estivessem, fossem eles escravos domésticos, mineradores ou urbanos, tinham de andar com seus pés na terra, no cimento das cidades, ao rés do chão. Se para uma parte da sociedade os sapatos eram símbolo de poder aquisitivo, para os negros os sapatos eram o símbolo de sua libertação e de seu nivelamento aos brancos. Tanto que, quando um escravo era alforriado, sua primeira preocupação era comprar um par de sapatos.

A imagem em questão nos fornece ainda elementos acerca dessa família abastada e interiorana: nela percebemos que, apesar da pouca idade da genitora, a mesma tem uma prole considerada extensa pelos padrões sociais atuais. São cinco filhos e que, provavelmente, podem ter sido contemplados com mais irmãos. Além do enlace entre noivos com significativa diferença etária, ter muitos filhos era comum entre famílias que habitavam áreas rurais. Em contrapartida, a família urbana situada no início do século XX começa a reduzir o número de filhos. Essa diminuição da fecundidade é um sinal de mudança estrutural e cultural na sociedade brasileira. A difusão da educação, dos ideais higienistas alinhados ao Estado e de certa mudança dos papéis sociais das mulheres, principalmente quando nos referimos as solteiras e casadas pobres, que precisavam trabalhar para auxiliar no sustento da casa, corroborou a ideia de que educar uma grande prole requer bastante sacrifícios.

A *Era Nova* corroborou as ideologias modernizadoras e eugênicas que tanto caracterizam as bases de um projeto nacional republicano, porém repleto de contradições autoritárias e excludentes. Registros fotográficos de famílias constituídas a partir de casamentos pautados na disparidade na idade, como no caso de Cândido Leite, são raros na revista. No entanto, abundam imagens de jovens casais: na faixa etária ideal para gerar filhos saudáveis. A fotografia abaixo, intitulada “Enlace Leite-Lucena”, foi publicada na primeira edição do periódico, datada de 27 de março de 1921, e remete a união de dois membros das tradicionais oligarquias da cidade da Parahyba do Norte. Vejamos:

Imagem 3 - *Era Nova*, nº 01, mar. 1921



O ideal de higiene está entrelaçado com o projeto de Brasil moderno e solapou costumes culturais e sociais arraigados em mentalidades e modos de vida vinculados ao passado colonial. O conservadorismo patriarcal que regia os chamados “casamentos arranjados”, quase sempre entre homens maduros com adolescentes ou jovens adultas, foi mitigado. Principalmente, por práticas e discursos médicos, em nome do progresso e de uma crença, bastante determinista, raciológica e racista, na evolução das sociedades brasileiras. Anteriormente, a mulher não tinha direito de escolher com quem desejava se unir matrimonialmente. Nos novos tempos, a depender de algumas variantes sociais, poderiam escolher seu pretendente a marido.

Jurandir Freire da Costa, em *Norma médica e ordem familiar*, realizou uma apurada síntese acerca dos discursos eugenistas proferidos pelas autoridades sanitárias durante a Primeira República. As jovens agora, inclusive, são alvos de alertas e conselhos, emitidos pelos médicos, quanto ao padrão mais desejável de esposo que deveriam selecionar: “ênfaticava-se, do mesmo modo, a força moral do homem, desqualificando a riqueza diante do caráter. O homem bom e inteligente poderia tornar-se rico, enquanto o fraco de caráter acabaria dilapidando os bens herdados” (COSTA, 1989, p. 221). Dessa maneira, o futuro das crianças estava condicionado a índole e a boa saúde dos seus genitores. Por isso, era imprescindível que seus pais

gozassem de uma boa saúde física antes de decidirem ter filhos. Uma esposa que portasse moléstias contagiosas e hereditárias ou um marido que carregava doenças venéreas adquiridas em toda uma vida adulta transformariam o lar em uma espécie de enfermaria. A prole nasceria com deformidades, fraca ou doentia e, portanto, seria motivo de vergonha para o grupo familiar pertencente. Jamais comporiam o contingente dos “futuristas do amanhã”. Em um lar com crianças doentias ou deformadas, o que habitava era a amargura e os problemas no lugar da felicidade.

As crianças geradas por um casamento fora do modelo agora considerado saudável, moderno e higiênico, eram herdeiros também de enfermidades hereditárias como a temida sífilis. A própria *Era Nova*, em edição publicada em 15 de junho de 1922, publicou o seguinte artigo, assinado pelo Dr. José Maciel⁵ e intitulado “Os heredos-syphilis: sífilis dos inocentes”:

(...) A origem mórbida dos degenerados é a tradução clara da procedência sífilítica hereditária, na maioria dos casos. Muitas deformidades físicas, notadamente, da parte superior do corpo e merecendo especial atenção os estigmas faciais, destacando-se dentre eles, em primeira linha, os dos maxilares e arcadas dentárias, são flagrantes de indícios de sífilis hereditária. Tudo isto, antigamente, difícil de ser explicado de modo plausível (...).

(...) O terrível flagelo da humanidade, que vem ao mundo de origem avariada são os infelizes herdeiros da sífilis, herdeiros e vítimas dos seus não menos inconscientes progenitores. (ERA NOVA, 1922, p. 20)

Uma doença maligna! A sífilis que, contaminando as mulheres, deteriorava a sua descendência, implicando em malformações congênitas dos filhos e gerando, portanto, crianças disformes foi bastante alarmante para diversas autoridades públicas do período. Médicos acusavam os homens de transmitir à suas esposas essa simbiose nefasta. Os homens contaminados, muitas vezes por conta de suas incursões ao meretrício, antes e depois do enlace matrimonial, eram os principais responsáveis por essa mácula sanitária. Como nos esclarece Margareth Rago, em *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (1890-1930)*, a constatação de que a prole do sífilítico era

⁵ José de Souza Maciel, nascido em 1876, em Cajazeiras-PB, desistiu da carreira no sacerdócio, em polêmico episódio de rompimento familiar e formou-se médico, em 1903, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Após a formatura, retornou para a terra natal, passando a viver na cidade da Parahyba do Norte, na qual teve destacada atuação na Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba. Realizou o primeiro laudo necrológico do Estado, elegeu-se vereador em 1928 e deputado estadual em 1935. É autor de diversas crônicas e artigos sobre literatura, artes, economia, política e questões médico-sociais.

particularmente vulnerável a toda sorte de doenças ou constituída de infantes que adensavam as tristes estatísticas de mortalidade infantil, acabou culminando em uma verdadeira apropriação médica da infância (Cf. RAGO, 1985, p. 117-62).

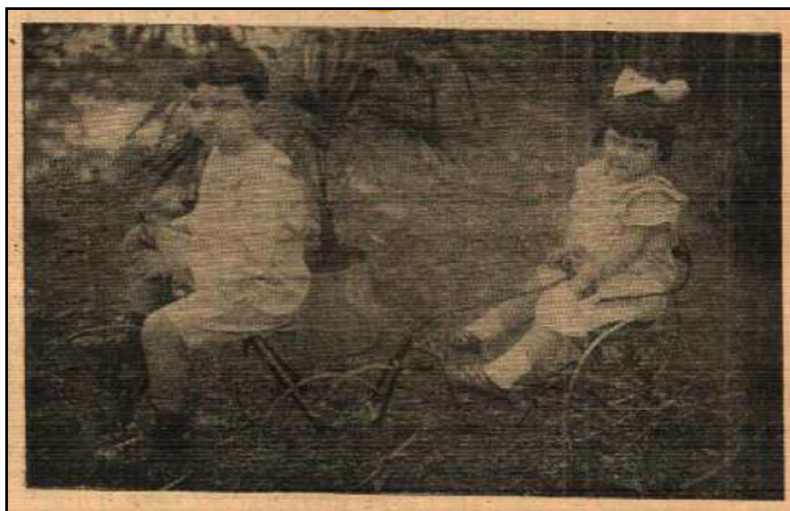
Os primeiros passos para a cura da sífilis foram dados em 1910, pelo biólogo alemão Paul Ehrlich (1854-1915), por meio de polêmico medicamento resultante de mais de mil combinações diferentes a base de arsênico: composto químico também bastante tóxico para o organismo humano. O governo paraibano, na época, investiu em ações preventivas e congressos de combate à sífilis. Eram comuns anúncios de remédios, na forma de elixir, que prometiam a solução dessa doença nas páginas de *Era Nova*. Na cidade da Parahyba do Norte, em 1920, foi criado o Dispensário Eduardo Rabello, chefiado pelo médico Elpídio de Almeida (1893-1971) e voltado para a profilaxia de doenças venéreas. Para o enfrentamento de doenças como a lepra e a sífilis, o doente diagnosticado com esses males logo recebia tratamento. Como nos informa o citado magazine: “Nos dispensários os indivíduos matriculados depois do exame clínico, são submetidos a um tratamento completo, obtendo quase sempre uma melhora sensível e a cura das lesões de várias naturezas” (ERA NOVA, 1924, p. 23). Entretanto, para sanitaristas, intelectuais e políticos, a falta de educação e de conhecimentos da população eram, sem dúvidas, fatores que favoreciam a propagação da sífilis.

Embora a imagem aqui abordada do enlace Leite-Lucena, divulgada nas laudas de *Era Nova*, esteja dentro do padrão moderno de união matrimonial considerada saudável pelos higienistas, alguns códigos tradicionais da sociedade paraibana continuaram sendo prestigiados. Quando se tratava do casamento de membros da elite social, esses enlaces conjugais, por mais que atendessem os critérios de paridade física e etária estabelecidos pela medicina social, deveriam ser baseados também em equidade de natureza econômica. Preconceitos raciais e sociais eram fatores que constantemente poderiam selar um melancólico final mesmo para os namoros mais tenros. O casamento entre indivíduos de importantes famílias da política paraibana é indício de que os interesses senhoriais que velam pela união entre riqueza material e poder continuavam presentes nessa sociedade em processo de modernização. Os frutos dessas uniões, filhos robustos e varonis, eram esperados também para dar

continuidade a hegemonia das oligarquias as quais pertenciam.

Se arvorando do papel de instrumento de comunicação a favor da modernização, a revista *Era Nova* divulgou fotografias de crianças consideradas “frutos saudáveis” de “boa descendência”: imagens de infantes “gerados” pela união matrimonial higiênica e eugênica. Constatamos, sem exageros, uma uniformidade de certo modelo de criança: branca, robusta, risonha, bem trajada e ostentando brinquedos caros para os padrões do período. É o caso do retrato abaixo, publicado na “Galeria infantil” da revista em edição de dezembro de 1921:

Imagem 4 - *Era Nova*, nº 18, dez. 1921



Na fotografia acima, encontramos os irmãos Milton e Elizabeth, filhos do dr. Seixas Maia: um renomado médico residente na cidade da Parahyba do Norte. Dois herdeiros que brotaram de um casamento higiênico, segundo a eugenia. Neles não notamos corpos ou aspectos doentios e estão bem vestidos, desfrutando de suas pequenas bicicletas: um brinquedo conhecido por poucas crianças na época. Muitas crianças foram retratadas brincando em suas bicicletas não só nos jardins de seus abastados lares, mas também nas praças públicas que se encontravam nas ruas da cidade. O próprio Parque Arruda Câmara, localizado no centro da capital, foi remodelado pelos projetos de modernização da prefeitura e passou a ser um cenário bastante procurado para esse tipo de fotografia dos filhos das elites paraibanas.

Geralmente, esses pais faziam questão de mostrar para a alta sociedade que

seus herdeiros desfrutavam de confortos tidos como símbolos de progresso. O periódico *Era Nova*, pelo grande volume de imagens semelhantes publicadas, foi procurado frequentemente por famílias que fizeram questão de divulgar fotografias de seus filhos ao lado de brinquedos como bicicletas, minicarros modernos e bonecas caras. Os pequenos irmãos, acima, estão vestidos e penteados impecavelmente. As roupas, aparência e calçados bem alinhados dão o acabamento final para essa representação de um momento ilustre. Essas crianças estavam foram preparadas e vestidas para um ato fotográfico: ocasião tida como importantíssima ou mesmo um grande acontecimento social. Conforme sugere Bertrand Lira: “em casa ou no estúdio, o retrato exigia todo um ritual de preparação: a escolha do vestuário, o penteado, os adereços e acessórios, a maquiagem (...) e, como não poderia deixar de ser, o cenário” (LIRA, 1997, p.102).

Considerações finais

As crianças foram apresentadas de maneira a transmitir uma digna e honrosa imagem que implica não só em uma infância moderna vivida em sua plenitude, mas também na afirmação da prosperidade material dos pais. Esses momentos fotográficos eram revestidos de solenidade: todos os detalhes eram pensados cuidadosamente pelos fotógrafos e pelos seus contratantes, desde as roupas até a pose. Tal preocupação com as indumentárias já denota a adoção de um “código do bem-vestir” entre as elites paraibanas. Tanto a roupa como a pose indicavam o *status* social dos fotografados. Essas crianças eram apresentadas como verdadeiros nobres: não havia espaço para o erro ou para dúvidas a esse respeito.

Fotografar e não só possuir, mas também publicar retratos dos filhos era um gesto de afetividade, de amor e pertencimento social. Novas práticas e costumes surgem com a modernização da cidade e um deles é fotografar momentos importantes da vida e crescimento das crianças. Ou seja: ritos de passagem, aniversários, primeira comunhão e batizados eram registrados e eternizados pelas máquinas Kodak. A fotografia impressa nas revistas de variedades permitiu que momentos vivenciados no ambiente privado ou doméstico chegassem até o conhecimento público. Nas páginas

de *Era Nova* encontramos várias imagens dos ritos de passagem das crianças, como a Primeira Comunhão.

O magazine aqui analisado, sendo assim, pode ser considerado importante fonte documental a respeito de aspectos das infâncias que foram vivenciadas pelos filhos das elites paraibanas. Essas fotografias são indícios históricos sobre ritos de passagem dessas crianças, bem como dos cuidados paternos, educacionais, sanitaristas e comunitários que passaram a receber. A *Era Nova* divulgou, sobretudo, uma representação idealizada dos meninos e meninas de acordo com as correntes ideológicas, tidas como científicas, eugenistas. A defesa feita por médicos, juízes, advogados, engenheiros, padres, delegados e intelectuais de supostos bons costumes e da moralidade era um discurso eficaz para se estabelecer e legitimar políticas autoritárias de controle social. As tradições que velavam pelo alto prestígio dado para determinados sobrenomes familiares, além da manutenção das oligarquias urbanas e rurais em cargos estratégicos de poder, prosperaram em meio a um projeto segregador de modernização nacional.

Encontramos nas imagens da revista em questão pequenos gestos e poses que muito têm a nos informar sobre o passado e presente não apenas da sociedade paraibana, mas da própria conjuntura nacional. No Brasil e na Paraíba, o universo da infância está relacionado integralmente com o processo de higienização da família. Os impressos de orientação liberal passaram a atuar em defesa dos princípios de desenvolvimento urbano, social e cultural impostos pelas elites sociais. Esse processo histórico reestruturou o cotidiano, práticas e a vida das crianças. A infância que interessava ao Estado republicano era a que pudesse contribuir para gerar indivíduos que levassem adiante o projeto de uma pátria moderna e civilizada. Uma nação brasileira, portanto, estruturada em torno da adoção distorcida de condutas sociais e culturais europeias. Esses vulneráveis seres tidos como o futuro da pátria, ou seja: meninos e meninas oriundos de classes abastadas, foram retratados nas páginas de *Era Nova* como ícones de uma modernidade compulsória.

Referências

Arquivo

BIBLIOTECA de Obras Raras Átila Almeida. (Campina Grande – PB)

Periódico consultado

ERA NOVA. (1921-1926)

Bibliografia

ABRANTES, Alômia. Imagens de si: inscrições de corpo e gênero nos retratos de *Era Nova* (1920). In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – Anpuh**. São Paulo: Anpuh, 2011, p. 01-11.

AS GRANDES realizações do saneamento rural na Parahyba do Norte. **Era Nova**, n. 63, Ano IV, Parahyba, 01/06/1924.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Trad. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

COSTA, Jurandir Freire da. **Norma médica e ordem familiar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

ESTA REVISTA. **Era Nova**, n. 01, ano 1, Parahyba, 27/03/1921.

ENLACE Leite-Lucena. **Era Nova**, n. 01, Ano 01, Parahyba, 27/03/1921.

GALERIA Infantil. **Era Nova**, n. 18, ano 1, Parahyba, 25/12/1924.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Tecnologia e estética do racismo**: ciência e arte na política da beleza. Chapecó: Editora Argos, 2007.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIRA, Bertrand de Souza. **Fotografia na Paraíba**: um inventário dos fotógrafos através do retrato (1850 a 1950). João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

OS HEREDO-SYPHILIS: syphilis dos inocentes. **Era Nova**, n. 28, ano 2, Parahyba, 13/06/1922.

OS FUTURISTAS do amanhã. **Era Nova**, n. 66, ano 4, Parahyba, 25/07/1924.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (1890-1930)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ROCHA, José Martinho da. **Cartilha das mães: cuidados, educação e alimentos do bebê**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SECÇÃO especial ilustrada para os leitores de *Era Nova*. **Era Nova**, n. 56, ano 4, Parahyba, 30/01/1924.

TYPO de família sertaneja. **Era Nova**, n. 66, ano 4, Parahyba, 25/07/1924.